

Teorias sobre inflação: uma breve resenha descritiva e didática da literatura. Uma introdução ao tema

Inflation theories: a brief descriptive and didactic review of the literature. An introduction to the topic

Jonathan de França Santos¹

André Maia Gomes Lages²

Pedro Lages Gaya³

Resumo: O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura de teorias relacionadas a inflação, aumento generalizado e contínuo dos preços. Em um primeiro momento o trabalho explica dois tipos de inflação: demanda, ocorre quando existe um excesso de procura em relação à oferta disponível, e custos, decorre de pressões geradas nos custos e consequentemente repassadas aos preços, e serão demonstradas algumas das teorias que buscam explicar como funciona a dinâmica da inflação. Será feita a descrição de quatro teorias: a monetarista, a visão keynesiana, a teoria da curva de Phillips e por fim a inercial.

Palavras-chave: Inflação. Inflação Inercial. Teoria monetarista. Teoria keynesiana. Curva de Phillips.

Abstract: The present paper consists of a literature review of theories related to inflation, generalized and continuous price increase. At initially, the work explains two types of inflation: demand, occurring when there is an excess of demand in relation to the available supply, and costs, result from pressures generated by costs and consequently passed on to prices, and some other theories will be demonstrated. That seek to explain how the dynamics of inflation works. Four theories will be described: the monetarist, the Keynesian view, the Phillips curve theory and finally the inertial one.

Keywords: Inflation. Inertial inflation. Monetarist theory. Keynesian theory. Phillips curve.

JEL codes: E12; E31; J01.

¹FEAC/UFAL, Graduado em Economia pela FEAC/UFAL. Autor(a) correspondente, Email: jonathanfranca22@gmail.com.

²FEAC/UFAL, Doutor em Economia pelo IE/UFRJ. Email: andre_lages@msn.com.

³EPGE/FGV, Graduando em Economia pela FGV EPGE. Email: gaya@brazilmail.com.

I Introdução

O presente trabalho busca realizar uma revisão de literatura das principais teorias acerca da inflação, a qual consiste em um aumento contínuo e generalizado dos preços. O Brasil, nas últimas décadas, sofreu com problemas associados a uma inflação crônica até à hiperinflação, e com o diagnóstico da inflação inercial. Após o Plano Real, a economia brasileira conseguiu superar parcialmente o problema da inflação inercial, que era um dos principais entraves da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990.

Os níveis de inflação não apresentavam queda, apesar dos esforços na política econômica no período, já que a inflação brasileira inercial possuía uma indexação formal e informal. Isso fazia com que as empresas aumentassem os preços de seus produtos de maneira a recompor as perdas decorrentes da inflação passada. O caráter recessivo da política adotada no combate à inflação sem resultados compatíveis gerou o fenômeno chamado de estagflação. Segundo [Kishtainy \(2018, p. 194\)](#), o termo se refere a uma infeliz combinação de inflação alta com desemprego em alta. Situação incompatível com o trade-off sugerido pela curva de Phillips, conforme se verificará a seguir.

Na seção seguinte, são apresentados os tipos de inflação: de demanda (que ocorre quando existe um excesso de procura em relação à oferta disponível) e de custos (decorrente de pressões geradas pelos custos e conseqüentemente repassadas aos preços).

Nas seções subsequentes, serão demonstradas algumas das teorias que buscam explicar como funciona a dinâmica da inflação. Será feita a descrição de quatro teorias: a monetarista, a keynesiana, a da curva de Phillips e, por fim, a inercial. São, então, apresentadas as considerações finais.

O presente trabalho consiste em uma pesquisa essencialmente descritiva, tendo como técnica a análise bibliográfica.

II Tipos de inflação

Nesta seção são descritos dois tipos de inflação: de demanda e de custos. É importante reforçar que, diante de vários estudos sobre o tema, o esforço será na tentativa de ofertar um caráter didático e descritivo, que seja acessível também para não economistas, retomando inclusive contribuições mais antigas que se destacam nesse aspecto.

II.I Inflação de demanda

A inflação de demanda ocorre quando existe um excesso de procura em relação à oferta disponível. Dentre os fatores que podem causar esse tipo de inflação, quatro merecem destaque: (i) aumento da renda disponível, que ocorre pelos aumentos reais dos salários, efeito riqueza ou uma redução da carga tributária, assim como, por meio de políticas de transferência de renda; (ii) expansão dos gastos públicos, os quais elevam o nível de demanda agregada; (iii) expansão do crédito e redução das taxas de juros, ambos os fatores influenciam na demanda de consumo e investimentos, e por fim a (iv) expectativa dos agentes econômicos, que possui a capacidade de interferir no nível de demanda da economia. E ainda a expectativa de escassez futura de um determinado produto agrícola que pode levar a um aumento da demanda presente, se esta demanda exceder a oferta, acabará pressionando uma elevação dos preços (LANZANA, 2017).

Vale lembrar que na gestão Bolsonaro, vem se assistindo à queda vertiginosa da taxa Selic, implicando “desincentivar” o capital rentista em benefício do capital produtivo, mas também refletindo, entre outros efeitos, uma tentativa de aumentar a demanda agregada como está assinalado acima.

II.II Inflação de custos

Esse segundo tipo de inflação decorre de pressões geradas nos custos e conseqüentemente repassadas aos preços. Este tipo de inflação, também recebe a denominação de choque de oferta, que pode acontecer mesmo quando a demanda permanece estável, onde são alteradas somente as despesas por parte do produtor. Dentre os inúmeros fatores que podem levar a esse tipo de inflação, podem ser destacados quatro: (i) elevação da taxa de juros, que acaba por aumentar os custos da produção; (ii) uma desvalorização cambial, que acaba gerando uma inflação nos produtos que são importados, os preços externos aumentam relativamente, em especial commodities e insumos; (iii) o custo da mão de obra, onde a inflação pode vir atrelada ao aumento do salário nominal, e por fim o (iv) aumento de impostos, que pressiona a elevação dos serviços e produtos (LANZANA, 2017). Em relação ao aumento dos salários nominais, essa diferença fica esclarecida, quando se traduz também em aumento de salários em termos reais.

Com relação aos produtos agrícolas fatores climáticos podem elevar os preços, pode-se citar: excesso de chuvas, ou a falta da mesma, geadas, assim como pragas e doenças. Esses fatores também possuem

o poder de provocar choques de oferta, e conseqüentemente elevar os índices de inflação.

Pode-se dar um destaque especial para a inflação decorrente do aumento dos salários, estes aumentos podem ocorrer principalmente por pressões sindicais, definida como inflação salário-custos, conforme sinalizado acima na condição em que aumento de salários nominais representam aumentos reais.

Os salários não são definidos apenas pelo mercado, são preços administrados, ou seja, o seu aumento não está associado apenas à relação de procura e oferta de trabalho (ACKLEY, 1978). Um aumento forçado acima de índices inflacionários ou da correção monetária por conta, por exemplo, da pressão sindical, poderia ser repassado aos preços, alimentando a inflação. Ou por opção de política, como aconteceu nos governos Lula e Dilma. Nesse quadro, existe um debate entre os que defendem que os aumentos salariais estejam atrelados a ganhos de produtividade, foge ao escopo desse ensaio adentrar mais profundamente nessa relevante discussão. Apesar disso, merece breve menção, como se faz a seguir.

Assim, Keynes aceita o primeiro postulado da economia clássica, que diz que o salário é igual ao produto marginal do trabalho:

The wage is equal to the marginal product of labour: That is to say, the wage of an employed person is equal to the value which would be lost if employment were to be reduced by one unit (after deducting any other costs which this reduction of output would avoid); subject, however, to the qualification that the equality may be disturbed, in accordance with certain principles, if competition and markets are imperfect (KEYNES, 2013).

Nas seções a seguir será feita a análise de quatro teorias sobre a inflação: a monetarista, a keynesiana, a curva de Phillips e, por fim, a da inflação inercial.

III Teoria monetarista

A visão de inflação pode ser analisada por meio da teoria quantitativa da moeda (TQM), essa é uma das mais antigas teorias de análise sobre inflação. No ano de 1752, David Hume, em sua publicação intitulada “Of Money”, já escrevia sobre alguns dos aspectos centrais da TQM. Porém, as contribuições mais importantes só surgiram no sé-

culo XIX e começo do século XX através das contribuições de Alfred Marshall, Knut Wicksell e Irving Fisher (MARQUES, 1987, p. 186).

Marshall, juntamente com a escola de Cambridge, apresentaram a equação de Cambridge, que mostra o equilíbrio entre a oferta e a demanda de moeda *Ibid.*.

$$\begin{aligned} M^d &= kPy \\ M^d &= M^s = M \end{aligned} \tag{1}$$

onde M^d é a demanda de moeda; M^s é a oferta de moeda; M é o estoque de moeda; k é o coeficiente de retenção da moeda (constante marshalliana); P é o nível geral de preços e y é o produto real.

Essa equação considera que a demanda por moeda deve ser proporcional à renda nominal ou que apresente elasticidade-renda unitária. Nesse quadro não está incluindo os conceitos de juros e custo de oportunidade de retenção da moeda. Isso implica então que a moeda é demandada apenas para cumprir sua função transação *Ibid.*.

Knut Wicksell, via seu trabalho de 1898 “Interest and prices”, demonstrou a correlação que existe entre expansão dos meios de pagamento e a elevação do nível geral de preços. Como? Por meio de uma redução da taxa de juros de mercado inferior à taxa de juros “natural”, taxa essa que tem, por sua vez, a capacidade de gerar o equilíbrio entre poupança e investimento *Ibid.*.

Irving Fischer, por sua vez, explicou a TQM por meio do que se convencionou chamar equação de trocas, em seu livro “Purchasing Power of Money” de 1911 *Ibid.*.

$$MV = PT \tag{2}$$

em que V é a velocidade de circulação da moeda e T é o volume físico de transações na economia. Essa equação destaca o papel da moeda como meio de troca.

O termo PT representa o valor nominal total das transações da economia, enquanto V corresponde ao número médio de vezes que cada unidade do estoque de moeda em circulação M é utilizada para realizar uma transação (MARQUES, 1987).

Para que as equações (1) e (2) referentes ao equilíbrio duas hipóteses são necessárias:

Que a velocidade de circulação V ou, alternativamente, o coeficiente de retenção da moeda, k , sejam constantes ou uma função estável de alguns poucos fatores, que permaneçam relativamente constantes ao longo do tempo. Que os determinantes da demanda de moeda sejam independentes dos da oferta (MARQUES, 1987).

Tais pressupostos eram considerados pela visão neoclássica, pois consideravam uma concepção separada do setor real e monetária da economia. Nesse contexto, renda real ou riqueza seria o principal fator da demanda por moeda. Dai a neutralidade da moeda isso quer dizer essa não teria efeito sobre o setor real da economia, dando apoio à TQM em sua versão original Ibid..

Segue-e que o aceite de tais argumentos leva ao entedimento da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) como uma teoria de inflação. “..em que a taxa de crescimento dos preços é determinada pela expansão dos meios de pagamentos acima do crescimento do produto real” (MARQUES, 1987, p. 188). Assim, a mesma autora passa para a demonstração quantitativa, como segue.

Assim, pode se ter o cálculo da taxa de inflação se for considerada a Equação (1) e $M^d = M^s = M$, já explicada acima: Então, considere:

$$P = \frac{M}{ky}$$

Dessa forma, aplicando logaritmos à expressão anterior, e considerando as propriedades para logaritmos. Depois, deriva-se em relação ao tempo:

$$\dot{P} = \dot{M} - \dot{k} - \dot{y}$$

em que $\dot{x} = \frac{d \log x}{dt}$, $x = P, M, k, y$.

Considerado que k se comportaria como uma constante. Então, fica mais fácil entender que taxa de inflação, nesse caso, seria apresentada por:

$$\dot{P} = \dot{M} - \dot{y} \quad (3)$$

Se for realizado o mesmo processo de cálculo para a expressão (2), o resultado será:

$$\dot{P} = \dot{M} - \dot{T} \quad (4)$$

Marques (1987, p. 188), faz ainda relevantes considerações. Considera segundo essas abordagens teóricas da TQM que o produto real da

economia é definido por fatores reais. E que a flexibilidade de preços e salários está associada ao pensamento neoclássico. Então, ficaria garantida a não-interferência de expansões ou contrações monetárias no mercado de bens e serviços. Então, poderia se deduzir que o principal instrumento de controle inflacionário para as expressões (3) e (4) seria a política monetária.

Até a década de 1950 e início de 1960, a hipótese de existir um trade-off estável entre inflação e desemprego, “pôs fim” a TQM. Neste período, um pequeno grupo de economistas, reunidos na escola de Chicago e tendo como líder Milton Friedman, ainda acreditavam na neutralidade da moeda. Esse grupo de economistas buscava negar a existência de um trade-off estável entre inflação e desemprego, abraçando a hipótese da taxa natural de desemprego. Deve ser lembrado ainda o desenvolvimento da curva de Phillips versão Friedman-Phelps, a qual ajudaria a revitalização da abordagem quantitativa (MODENESI, 2005, p. 84–85).

Friedman, ganhador do Prêmio Nobel em Economia de 1976, realizou uma reformulação na TQM, tendo duas diferenças com relação à ideia clássica dessa teoria: (i) ela está atrelada a demanda por moeda, não estando relacionada com a determinação dos níveis de renda e preços; (ii) há uma relação estável funcional entre a demanda por encaixes reais com relação a um NÚMERO determinado de variáveis, tais como: preferências dos agentes econômicos e a taxa de retorno dos ativos financeiros Ibid..

Friedman buscou reconstruir o prestígio da TQM, após diversas críticas por parte da teoria keynesiana e pós-keynesiana. O modelo matemático proposto por Friedman é mais sofisticado que a equação $M = kPY$, buscando a política monetária como um instrumento de combate à inflação, assim como de ação anticíclica (SIMONSEN; CYSNE, 2007, p. 347).

A nova equação proposta por Friedman, que busca ser uma nova versão da equação $M = kPY$, não tem como objetivo demonstrar a evolução da renda real, renda nominal, ou do nível de preços. Mas é uma equação que descreve a demanda por moeda sendo descrita da seguinte forma: $M^d = PY/V$ ou $M^d = kPY$, tendo a quantidade de moeda, sendo demandada como variável endógena Ibid..

Resende (2015, p. 44-46) faz críticas à visão de Friedman à luz da crise financeira recente. Explica ele que Friedman foi ao Japão no fim da década de 90, e viu uma economia estagnada com taxa de juros praticamente zero, e ainda assim com pressões deflacionárias. Então Friedman sugeriu que o Banco Central Japonês imprimisse moeda, e o

aumento da base monetária deveria ser acompanhada pela expansão da renda nominal.

Foi então cunhado o termo “alívio quantitativo”, mas o problema não foi resolvido. A Estagnação continuou presente no Japão.

Segundo Lara (RESENDE, 2015, p. 46) foi esquecido um princípio keynesiano relevante: a armadilha da liquidez. Quando existe endividamento excessivo e uma expectativa de queda de preços, então a esperada relação entre moeda e renda nominal definida pela teoria quantitativa da moeda é rompida. Dois elementos considerados estáveis na Teoria antitativa da Moeda: (i) velocidade de circulação da moeda; (ii) multiplicador bancário. Essa suposta estabilidade de ambos em condições normais falha, quando acontece a situação do Banco Central imprimir dinheiro em um ambiente inflacionário. O autor ainda acrescenta que no caso brasileiro tentaram controlar nas décadas 1980 e 1990 do século passado uma inflação alta com controle da base monetária. Isso não é apenas impossível, mas um caminho para uma crise bancária.

Observando teorias mais atuais, tem-se a PTM (Price Theory of Money). Segundo essa teoria monetária, a moeda teria o papel de ancoragem nominal dos preços. Será? E é exatamente a inflexibilidade desses preços que impedem o equilíbrio acontecer. Essa teoria PTM que inverte então a conhecida relação entre moeda e preços. Então, a PTM informa que é a estabilidade dos preços nominais por um período de tempo considerável que daria funcionalidade a moeda. Isso quer dizer o que? Quer dizer que, dado um período de tempo significativo, são os preços nominais estáveis que ancoram a moeda. Destaca Resende (2015, p. 74) ainda que existiria um trade-off, no quadro de uma inflação, entre o tempo de reajustes de preços e o tempo que a economia retornará ao equilíbrio. Então, quanto mais curtos forem realizados os reajustes de preços, mais rapidamente a economia retornará ao equilíbrio. Isso explica, porque é tão difícil combater alta inflação, e tão mais fácil combater a hiperinflação, considerando uma mudança de regime. Nas hiperinflações as mudanças de preços são quase instantâneas, então os preços deixam de ser inflexíveis, a moeda perde a função de unidade de conta. Deve ser lembrado que no Brasil, quanto mais se aproximava de uma hiperinflação, mais os preços no varejo eram cotados em dólar. Essa é uma evidência significativa, mas muito pouco mencionada na literatura e desconhecida para muitos dos mais jovens pesquisadores provavelmente.

A leitura da PTM permite o corolário de que moeda e liquidez são fatores endógenos. E ainda que, segundo Resende (2015, p. 77–78) não

pode se conceber política monetária ajustada sem a consideração do sistema financeiro, alavancagem e o comportamento dos preços dos ativos financeiros. Por sinal, os preços não têm âncora objetiva.

Dentre as teorias atuais, tem-se como predominante a teoria ne-keynesiana, esta propõe então, que é possível influenciar o nível de preços, ou seja, a inflação através dos instrumentos taxa de juros e regime de metas inflacionárias. A taxa de juros, portanto, vai influenciar a inflação de modo indireto, por meio do hiato do produto. Por outro lado, o regime de metas inflacionárias necessita de credibilidade da parte do Banco Central para lograr êxito com as expectativas dos agentes econômicos. Caso sejam os preços estáveis e previsíveis, o papel da moeda na economia será mais eficiente; concomitantemente será me-nos eficaz será a política de taxa de juros para influenciar a inflação. Isso significa que será pior o trade-off da curva de Phillips. Conforme estudo de [Blanchard, Cerutti e Summers \(2015 apud RESENDE, 2017\)](#) realizado com base em 20 países confirmam que a partir dos anos 1990, nas circunstâncias em que o regime de metas de inflação passou a ser de fato predominante e as expectativas de inflação realmente ancoradas à influência da taxa de desemprego com relação a inflação acabou se tornando pouco relevante.

IV Teoria keynesiana

O descrédito da teoria quantitativa da moeda em sua versão original foi consequência parcialmente da depressão dos anos 30. Por que? Acontece que os dados empíricos mostraram que a renda nominal apresentou queda bem maior em relação aos meios de pagamento. Isso invalidava a hipótese de que a velocidade de circulação da moeda seria constante. Conforme destaca ([MARQUES, 1987](#), p. 190–191) Keynes, por meio de sua publicação “The general theory of employment”, foi de encontro a posição da teoria neoclássica a qual defendia que não existiria o desemprego involuntário, mas ocorreria o pleno emprego automático na economia.

Negava-se assim a lei de Say, segundo a qual um aumento no produto implica crescimento equivalente na demanda e na renda. Em Keynes, o nível de equilíbrio do produto era determinado pela demanda efetiva, que corresponde à soma do consumo (*C*) e investimento (*I*). A relação entre o consumo e a renda é dada por uma característica psicológica da comunidade, denominada por

Keynes “propensão a consumir” [$C'(y) = dC/dy$], que supõe um crescimento menos que proporcional do consumo em resposta a um aumento na renda (MARQUES, 1987, p. 191).

Essa ideia sintetizada acima corresponde ao modelo keynesiano simplificado, o qual pode ser demonstrado pela equação do princípio da demanda efetiva a seguir:

$$y^d = C + I$$
$$C = C(y), 0 < C'(y) < 1$$

e que considera a equação de equilíbrio que segue:

$$y^d = y = y^e$$

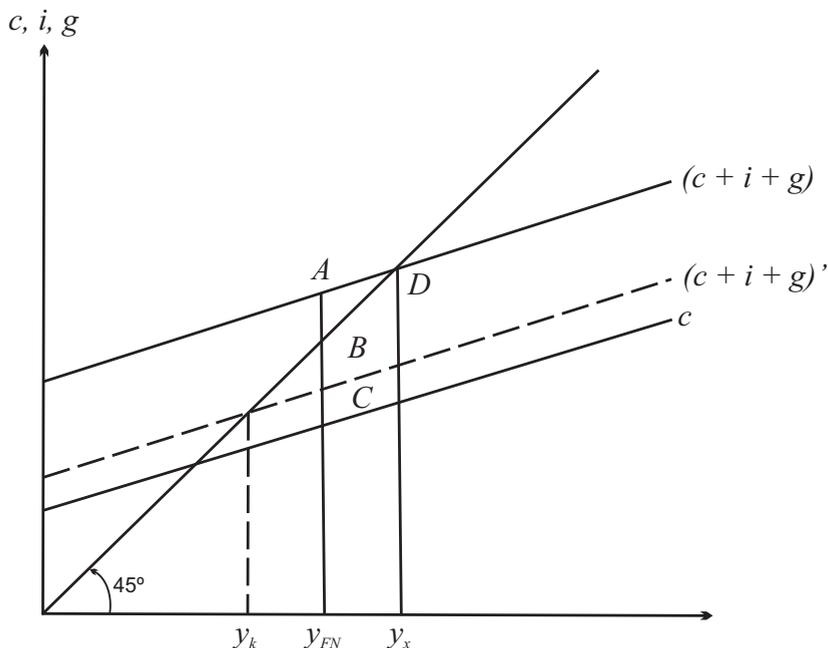
em que y^d é a demanda efetiva e y^e é a renda real de equilíbrio.

Observe que $C'(y) < 1$ significa que nem toda renda será gasta no consumo, portanto, vai surgir a categoria poupança, que representa a parte da renda não gasta. Essa parcela de propensão ao consumo tende a ser maior, menor seja a renda relativa da família naquela sociedade. A contribuição keynesiana foi relevante também para criação de categorias macroeconômicas e para própria construção da chamada contabilidade social.

Pode-se mesmo realizar uma análise da inflação de demanda através da visão de Keynes, ou essencialmente Keynesiana. Vários autores, tentaram mostrar isso didaticamente, merece destaque Ackley (1978), como segue. Assim, a partir da Figura 1 que descreve o hiato inflacionários. Neste modelo o consumo é função da renda real, y . Se os níveis de $i + g$ estiverem elevados e um nível de despesas reais independentes dos níveis de preços, as despesas reais totais estão representadas pela linha contínua $c + i + g$. Se não existir um limite para a produção real, a renda crescerá até atingir o ponto y_x . Mas se for admitido, contudo, que exista um limite ao pleno emprego à produção real, y_{FN} , a renda real não pode alcançar y_x . No ponto y_{FN} a demanda total estará causando, então, um hiato inflacionário igual a AB na Figura 1.

Essa percepção representa fundamentos do que seria a inflação na visão keynesiana. Uma situação em que o nível da demanda efetiva agregada é superior a renda de pleno emprego, denominado hiato inflacionário (MARQUES, 1987).

Figura 1: Hiato inflacionário na visão keynesiana.



Fonte: Reproduzido de Ackley (1978).

Lembra Dillard (1986, p. 217) que a visão keynesiana clássica que a inflação não afeta as pessoas de uma forma igualitária. Uma das preocupações de John Maynard Keynes (1991) presentes em seu principal livro era justamente essa. Era, no entanto, reconhecido por alguns como inflacionista por preferir a inflação à deflação, mas segundo destaca Dudley Dillard, isso se devia ao fato de que a deflação era pior relativamente à inflação, porque redistribuiu a riqueza de forma arbitrária e tem o efeito perverso de gerar desemprego, ao impedir a criação de nova riqueza. Lembre-se então que o Brasil em 2020 sofreu deflação nos preços, por conta da Covid-19. Por exemplo, o índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, de abril e maio desse ano, apresentou variações negativas (IBGE, 2020a; IBGE, 2020b).

V Curva de Phillips

No ano de 1926 o famoso economista Irwin Fischer demonstrou pela primeira vez uma relação estatística entre taxa de inflação e nível

de desemprego. Em períodos de alta atividade econômica, prosperidade, onde ocorre uma despesa agregada elevada e um baixo nível de desemprego, os níveis de inflação tendem a ser mais elevados, em relação a um padrão normal. Por outro lado, em períodos de depressões e altos níveis de desemprego, ocorria fenômeno inverso as taxas de inflação tendem a ser mais baixas. Dessa forma, foi percebida que a inflação e o desemprego estariam inversamente correlacionados (TREVITHICK, 1981, p. 75).

Os estudos de Fischer não foram explorados pelos pesquisadores da época. Mas em 1958, o professor e economista neozelandês A. W. Phillips publicou um trabalho que buscava demonstrar a relação entre inflação dos salários e desemprego. Apesar dos estudos pioneiros de Fischer a relação entre inflação e desemprego foi denominada Curva de Phillips em sua homenagem (TREVITHICK, 1981; KISHTAINY, 2018).

A Figura 2 relaciona a taxa de aumento de salários no eixo vertical, representada por W , e a taxa de desemprego, representada por U . Primeiramente pode-se observar através do gráfico a existência de uma relação inversa entre as duas variáveis: a taxa de aumento dos salários no eixo vertical e a taxa de desemprego (porcentagem da população ativa desempregada) que está representada no eixo horizontal.

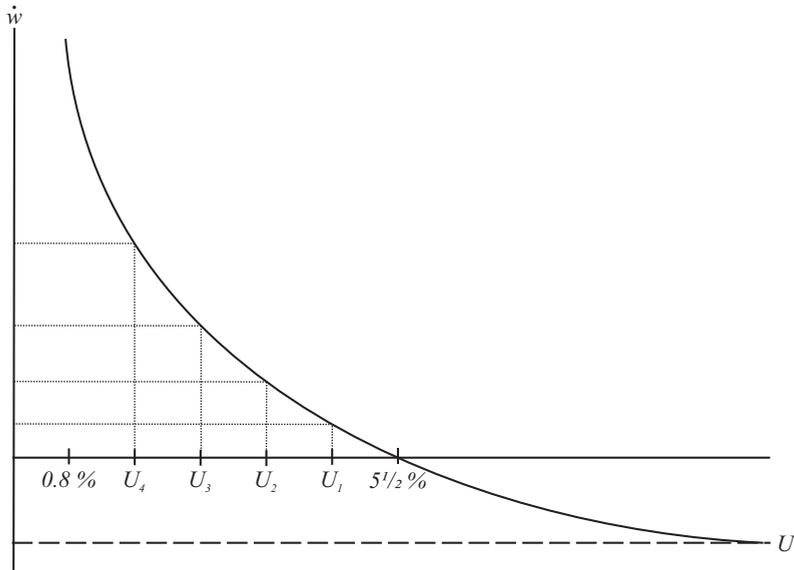
Na análise deste gráfico deve-se destacar dois pontos: i) A curva apresentada no gráfico é uma curva não-linear, ou seja, seguidas reduções da taxa de desemprego geram elevações cada vez maiores de crescimento dos salários. ii) O segundo ponto é que quando a curva está abaixo do eixo horizontal, apresenta uma tendência de comportamento se aproximando da horizontal. Esse efeito é considerado uma comprovação empírica da ideia de Keynes, onde afirmava que mesmo com elevados níveis de desemprego os salários monetários não reduziriam de forma substancial (TREVITHICK, 1981, p. 76-77). São sinalizações das relações deduzidas para a Curva de Phillips.

VI Inflação inercial

Por meio da primeira experiência da correção automática dos salários na proporção dos aumentos dos custos de vida, foi proposta a ideia onde a indexação gera inércia inflacionária. Essa teoria foi confirmada em quase todos os trabalhos posteriores sobre indexação (SIMONSEN, 2007).

A forma mais simples de descrever essa relação surge de um modelo que propõe o salário real médio ct da economia no instante t como uma variável exógena. O salário nominal médio Wt e o nível de preços

Figura 2: A curva de Phillips.



Fonte: Reproduzido de Trevithick (1981).

Pt se unem por meio da equação *Ibid.*, p. 129:

$$W_t = c_t P_t$$

Pode-se definir a taxa de inflação Π_t no período t através da seguinte equação:

$$P_t = P_{t-1} (1 + \Pi_t)$$

Segundo a teoria da indexação o salário nominal no instante t é gerado fazendo-se a correção do salário nominal no período $t - 1$ pela inflação ocorrida neste período:

$$W_t = W_{t-1} (1 + \Pi_{t-1})$$

onde κ_t , representa a taxa de crescimento dos salários reais no instante de t

$$c_t = c_{t-1} (1 + \kappa_t)$$

A partir disso tem-se:

$$\Pi_t = \frac{\Pi_{t-1} - \kappa_t}{1 + \kappa_t}$$

Isso significa que o indicador de inflação cai, permanece constante ou se eleva de acordo com a taxa de crescimento do salário real (κ_t) que a economia é capaz de pagar, caso positiva, nula ou negativa. Caso considere salário constante no tempo $\kappa_t = 0$, então a fórmula anterior, fica como segue *Ibid.*, p. 130:

$$\Pi_t = \Pi_{t-1}$$

Essa equação descreve a teoria da inflação inercial em sua versão mais simples. Entretanto o modelo não descreve o que vem em primeiro lugar: a galinha ou ovo, segundo compara (*SIMONSEN; CYSNE, 2007*, p. 130), ou seja, se a inflação é causa ou consequência da indexação. Na visão desse autor a inflação pode ser causada por um choque de oferta que afete negativamente os salários reais que a economia pode pagar. Esse choque pode ter sua origem em queda nas relações externas de trocas ou mesmo uma desvalorização real da taxa de câmbio. O que esse modelo procura mostrar é que tentar proteger o salário real por meio da indexação é ineficaz devido ao problema da inflação conexo. Por que? Os reajustes salariais de forma imediata são repassados aos preços, enquanto as elevações no custo de vida são transmitidas aos salários de forma defasada, em um período de inflação, o salário sobe pela escada e os preços pelo elevador.

Os níveis de inflação se mantinham no mesmo patamar devido ao fato de que economia brasileira parecia possuir uma indexação formal e informal que fazia com que as empresas aumentassem os preços de seus bens de uma maneira defasada, de modo não relacionada com sua demanda. Somente através desse mecanismo conseguiam manter os preços relativos equilibrados de forma dinâmica (*BRESSER-PEREIRA, 2010*)

A teoria da inflação inercial diz que os níveis de inflação se perpetuam devido a um conflito distributivo que ocorre entre os agentes econômicos (não apenas entre empresas e trabalhadores, mas também entre as próprias empresas) que elevam os preços de seus produtos de forma defasada e alternadamente. As expectativas da economia não são alteradas de forma fácil, decorrente da mudança da política monetária, devido ao fato dessas expectativas estarem ligadas a um fenômeno real - a inflação passada -, na qual está ancorado o conflito distributivo (*BRESSER-PEREIRA, 1989*). Esse autor destaca que usar política monetária ativa em períodos de alta inflação somente aumenta

o déficit público. Ele pensando em termos de juros nominais, apenas se constitui um indexador para agentes do lado real da economia, o qual tende a ser endogenamente adotado e favorece a aceleração da inflação.

VII Considerações finais

A taxa de inflação atualmente no Brasil apresenta um comportamento estável. Dito isso, com problema da indexação da economia apenas parcialmente resolvido, e a interferência das metas de inflação, os preços parecem sob maior controle, ao contrário, do que se via ao longo dos diversos planos de combate à inflação implementados no Brasil.

Porém os preços ainda podem se manter altos devidos a fatores de custo, despesas, total produzido e saturação de mercado, ou ainda problemas climáticos, tais como: pragas, secas e geada, entre outros. Mas pode até acontecer de ser fruto de uma má gestão da política cambial, que torne competitivas as exportações agroindustriais brasileiras. Isso induziria em muitos casos a um desabastecimento interno, causando inflação. Essa situação pode ser mais grave se o governo não tiver boa coordenação dos estoques reguladores, com o apoio de uma política de preço mínimos. E pontos de estrangulamento no processo de comercialização e de apoio à agricultura familiar.

Através da revisão de literatura foi possível observar três conceitos de tipos de inflação de demanda, esse tipo de inflação ocorre quando existe um excesso de procura em relação à oferta disponível, Inflação de custos, que é decorrente de pressões geradas nos custos e consequentemente repassadas aos preços. E ainda a concepção da inflação inercial, onde os níveis de inflação se mantinham no mesmo patamar devido a brasileira possuir uma indexação formal e informal da economia, que fazia com que as empresas aumentassem os preços de seus produtos de maneira defasada, mas compensando perdas passadas.

Foi possível, também, ter um panorama geral do que se refere as teorias monetarista, keynesiana e da curva de Phillips, mas o ensaio não teve nem de longe a pretensão de esgotar o tema em cada concepção, mas levar ao leitor um primeiro contato com essa literatura. Então, esse pequeno artigo representa uma síntese, um resumo, para introdução.

Fica aberta sempre uma agenda de pesquisa que permite não só aprofundar os conceitos apresentados, como explorar novos temas correlatos, como por exemplo a influência da ilusão monetária sobre os

agentes econômicos, explorados nos resultados dos estudos de autores ganhadores do prêmio nobel, mas com preocupações teóricas diferentes, como Milton Friedman (KISHTAINY, 2018), e Rober (SHILLER, 2000). Por exemplo, pós-keynesianos exploram as visões distintas de Friedman e Keynes nesse aspecto (CARDIM DE CARVALHO FERNANDO, 1994).

Enfim, existe grande diversidade de temas que atraem os estudiosos sobre inflação. No caso brasileiro, foram publicados diversos trabalhos sobre o tema inflação inercial, tais como as coletâneas organizadas por Rego (1986), Rego (1989) entre outros. A agenda de pesquisa é, portanto, diversificada e extensa, além de atender perfis teóricos distintos, fica por conta dos pesquisadores a escolha de qual caminho a seguir.

Referências

- ACKLEY, G. *Teoria macroeconômica*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- BLANCHARD, O.; CERUTTI, E.; SUMMERS, L. *Inflation and activity: two explorations on their monetary policy implications*. [S.l.]: IMF, 2015. 29 p. (IMF working paper, n. 15/230).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A teoria da inflação inercial reexaminada. In: REGO, J. M. (Org.). *Aceleração recente da Inflação*. São Paulo: Biental, 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A descoberta da inflação inercial. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167–192, Jan 2010.
- CARDIM DE CARVALHO FERNANDO, J. Temas de política monetária keynesiana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 33–61, 1994.
- DILLARD, D. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1986.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA*, abril de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Indicadores IBGE). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA*, maio de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Indicadores IBGE). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Orlando: Harcourt Brace & Company, 1991.
- KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest and money. In: *The collected writings of John Maynard Keynes*. Cambridge: Cambridge Press, 2013. Vol. VII.

- KISHTAINY, N. *Uma Breve História da Economia*. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- LANZANA, A. E. T. *Economia brasileira: fundamentos e atualidade*. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARQUES, M. S. B. Uma resenha das teorias de inflação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 185–223, abr./jun. 1987.
- MODENESI, A. d. M. *Regimes monetários: teoria e a experiência do real*. Barueri: Manole, 2005.
- REGO, J. M. *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1986.
- REGO, J. M. *Aceleração Recente da Inflação*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1989.
- RESENDE, A. L. *Devagar e simples. Economia, estado e vida contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- RESENDE, A. L. *Juros, moeda e ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. São Paulo: Portfolio–penguin, 2017.
- SHILLER, R. J. *Exuberância Irracional*. São Paulo: Makron Books, 2000. v. 2000.
- SIMONSEN, M. H. *30 anos de indexação*. [S.l.]: Editora FGV, 2007.
- SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. São Paulo: Atlas, 2007.
- TREVITHICK, J. A. *Como viver em inflação*. Lisboa: Dom Quixote, 1981.